



A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL JÁ COMEÇOU: É UMA GUERRA HÍBRIDA SOB AMEAÇA NUCLEAR

A terceira guerra mundial em curso tem contornos bastante diferentes das anteriores, incluindo novas tecnologias e domínios de ação estratégica, que conferem novas possibilidades de atuação aos agentes político-estratégicos. Não é possível situar especificamente o início desta era de guerra híbrida, mas continua a ser possível, talvez paradoxalmente, ter esperança num mundo mais pacífico.

Este artigo explana vários argumentos que permitem concluir que a terceira guerra mundial já teve início e que esta é tipificável como uma guerra híbrida sob ameaça nuclear. Esta afirmação pode parecer estranha por várias razões.

A terceira guerra mundial

Em primeiro lugar, poderá parecer estranho a designação de “terceira guerra mundial”, na medida em que veicula uma equivalência da situação atual à das duas grandes guerras do século XX. Tal não significa, de modo algum, desrespeito para com a memória das dezenas de milhões de seres humanos que perderam ou viram despedaçadas as suas vidas como consequência destes grandes conflitos. Nem se pretende ignorar ou diminuir a extensão das enormes destruições e sofrimento que eles causaram. No entanto, as dezenas de guerras das mais diversas naturezas espalhadas atualmente pelos quatro cantos do mundo, guerras em que estão envolvidos uma enorme quantidade de atores político-estratégicos, estatais e não estatais, potências nucleares e não nucleares, potentados locais e potências exteriores aos teatros de conflito, permitem argumentar que a terceira guerra mundial já começou.

Em segundo lugar, poderá estranhar-se que uma guerra mundial já começou, quando em praticamente, se não em todas essas situações conflituais, nenhum ator estatal declarou formalmente guerra um ao outro. O que nos conduz à noção de guerra híbrida. Até há relativamente pouco tempo, o espetro da guerra internacional que se ensinava nas escolas militares contemplava a “guerra fria” e a “guerra quente”. Nesta, considerava-se a guerra clássica, que podia ser sob ameaça nuclear se um ou mais dos contendores possuísse armas nucleares; e a guerra

nuclear, que contemplava uma forma limitada e uma forma ilimitada, neste último caso apenas contra forças ou também contra cidades (Couto, 1988: 151-156). A par da ideia de “guerra por procuração”, também se ensinava que as “guerras internas” podem realmente ser exclusivamente internas, de origem interna e apoiadas do exterior ou fomentadas fundamentalmente do exterior (idem:157). Neste âmbito, a atualidade apresenta-se de forma mais complexa. Em países como a Síria ou o Iraque, por exemplo, existe uma miríade de atores, alguns dos quais exercem a autoridade de facto sobre territórios onde o(s) estado(s) não chega(m). Alguns desses atores são, simultaneamente, parte em mais do que um conflito: designadamente, as “forças democráticas sírias” apoiadas pelos EUA na sua luta contra o “estado islâmico”, são atacadas pela Turquia por causa de alegadas ligações ao separatismo curdo.

Novas tecnologias e novos domínios de ação estratégica, como o espaço ultraterrestre e o ciberespaço, conferem novas possibilidades de atuação aos agentes político-estratégicos...

O conceito de guerra fria não é tão intuitivo como os outros, mas ficou, sem dúvida, definitivamente consagrado na literatura devido à concreta Guerra Fria do século XX. Com efeito, se, em resultado da sua experiência de vida, observações e reflexões, Clausewitz pôde postular no século XIX que “a guerra é a continuação da política por outros meios”; se a Guerra Fria ensinou que, afinal, também a polí-

tica podia ser a continuação da guerra por outros meios; se ao mais alto nível da decisão política (o da estratégia total ou integral) o decisor estratégico verdadeiramente não se distingue do decisor político; se os recursos da política e da estratégia a esse nível são os mesmos, ou seja, todos mas mesmo todos os recursos tangíveis e intangíveis do poder, que apenas por existirem já produzem um efeito de campo mesmo que não sejam ostensivamente brandidos ou diretamente utilizados; ou se, finalmente, como afirma Colin Gray numa das suas 22 máximas sobre a estratégia, “strategy is adversarial, it functions in both peace and war, and it always seeks a measure of control over enemies”, com alguma ironia acrescentando “and often over allies and neutrals, also” (2013:12-13), torna-se difícil distinguir se certas situações são realmente de guerra ou de paz.

Uma guerra híbrida sob ameaça nuclear

A terceira possível estranheza consiste na tipificação da guerra mundial em curso como uma guerra híbrida sob ameaça nuclear. Na verdade, o conceito de “guerra híbrida”, e menos ainda o de “guerra híbrida sob ameaça nuclear”, não está totalmente consagrado na doutrina, apesar de largamente utilizado nas organizações político-militares ocidentais, a par do de “ameaças híbridas” (ver Figura). O conceito também não tem expressão no direito internacional, embora aqui se possa alegar que igualmente os conceitos de “guerra quente” ou de “guerra nuclear contra cidades” não são propriamente conceitos juridicamente consagrados. Num artigo de 2021 publicado na NATO Review, Arsalan Bilal assinala dois desenvolvimentos que contemporaneamente tornaram popular a noção de “guerra/ameaça híbrida”. Primeiro, um artigo escrito em 2005, por dois oficiais

norte-americanos experientes nas guerras do Iraque e do Afeganistão, em que defendem a “ascensão das guerras híbridas”, nas quais se combinam estratégias, métodos e táticas convencionais e não convencionais, bem como uma enorme gama de instrumentos de ação psicológica e de outras formas de condicionamento e de influência no domínio informacional. Segundo, a invasão em 2014 da Crimeia, em que a Rússia atingiu os seus objetivos combinando a ação dissimulada de forças especiais, atores armados locais, estratégia económica, desinformação e exploração da polarização político-social na Ucrânia.

As características da guerra híbrida – combinação de instrumentos cinéticos e não cinéticos; utilizados numa “zona cinzenta” entre a paz e a guerra que dificulta a afirmação de que determinadas ações cruzaram o limiar da guerra (um ciberataque é um ato de guerra?, em que circunstâncias um ciberataque contra um aliado NATO pode suscitar a invocação do artigo 5º do tratado de Washington?); o atacante deliberadamente deixando vaga, ambígua e plausivelmente negável a origem dos ataques, assim se tornando muito difícil estabelecer claramente a origem dos mesmos e, portanto, atribuir responsabilidades aos seus autores – não são completamente novas na história do conflito.

Novas tecnologias e novos domínios de ação estratégica, como o espaço ultraterrestre e o ciberespaço, conferem novas possibilidades de atuação aos agentes político-estratégicos, incluindo formas muito mais sofisticadas de sinergicamente combinar e sincronizar efeitos. Mas as interrogações sobre se se pode considerar haver guerra sem que haja confrontação física e combate direto não são novas. No referido espetro da guerra internacional que classicamente se ensina nas escolas militares, a guerra fria pode fazer-se sob a forma de intervenção aberta, é certo. Mas também sob a forma de intervenção insidiosa. Sun Tzu, por seu turno, legou-nos a ideia, com milhares de anos, de que a suprema arte da guerra é a de submeter o adversário sem o combater. E a ação estratégica, em tempo de paz e tempo de guerra, na guerra clássica ou na guerra subversiva, desde sempre combina ações nos domínios diplomático, económico, psicológico-informacional e militar.

FIGURA 1. A GUERRA HÍBRIDA NO ESPECTRO DO CONFLITO

Fonte: Traduzido e adaptado de Burrel, 2023.



Quando começou?

É razoável perguntarmo-nos quando começou, afinal, esta terceira guerra mundial. Terá sido no 11 de setembro de 2001, levando muita gente a interrogar-se se Samuel Huntington não teria razão quando anos antes identificou linhas de fratura entre civilizações, que lhe parecia poderiam tender a exacerbar-se depois do fim da Guerra Fria, na altura lançando um duche frio sobre o otimismo de Fukuyama? Foi quando Putin, no seu discurso sobre o estado da nação em 2005, disse aos russos que o colapso da União Soviética tinha sido a maior catástrofe geopolítica do século XX? Ou em 2007, na conferência de segurança de Munique, quando rejeitou a ordem pós-Guerra Fria? Foi quando a Rússia invadiu o norte da Geórgia em 2008, anexou a Crimeia em 2014 ou atacou a Ucrânia em 2022? Foi quando a administração Obama anunciou o pivot para o Pacífico, que já prenunciava uma retração estratégica do Afeganistão e uma maior atenção ao fenómeno da ascensão da China? Foi quando Xi Jinping abandonou a era de prudência estratégica que Deng Xiaoping recomendara durante os estágios iniciais da política de desenvolvimento económico e de abertura ao exterior? Foi no dia 7 de outubro de 2023, quando o Hamas levou a cabo um ataque terrorista que provocou mais de mil mortos e a tomada de centenas de reféns?

Não é possível situar especificamente o início desta era de aparente guerra híbrida mundial. O que se pode afirmar é que, agravada pela adoção de políticas industriais protecionistas muito agressivas que

incluem uma luta feroz pela manutenção da vantagem tecnológica, sobretudo depois, e em parte a pretexto, da pandemia, a globalização tem vindo a recuar desde o fim da primeira década do século XXI. Esse recuo, que resulta em parte não desprezável de os EUA considerarem que a globalização beneficia comparativamente, acima de tudo, a China, cuja ascensão é seu objetivo político-estratégico prioritário contrariar, é, portanto, anterior à pandemia ou à guerra na Ucrânia. Enfim, a tendência para o entrincheiramento geopolítico é evidente, não sendo ainda claro se não afetará inclusivamente certos padrões de integração regional. Tudo isto num contexto em que as despesas com armamento a nível mundial têm aumentado e as grandes potências investem na modernização dos seus arsenais nucleares.

Um mundo mais pacífico

Talvez paradoxalmente, face a tudo quanto antecede, é realisticamente possível ter esperança num mundo mais pacífico, por diversas razões, de que se se destacam duas.

Primeiro, porque o facto nuclear, com o patamar de prudência que introduz em todos os decisores políticos que detêm armas nucleares, os quais procuram, em última análise, evitar dinâmicas de escalada irreversíveis, continua a tornar improvável o enfrentamento militar direto entre grandes potências. É verdade que, por vezes, os decisores bordejam os limites, mas, aparentemente, não serão no dia de hoje facilmente repetíveis as circunstâncias que, na altura da crise dos mísseis de

Cuba, deixaram o mundo à beira de uma guerra nuclear com elevada probabilidade de rapidamente escalar para uma guerra ilimitada. Se continuará a ser assim no futuro, obviamente não sabemos.

Segundo, porque, apesar da não negligenciável pressão que o aumento do efetivo populacional coloca sobre a sustentabilidade dos recursos do planeta, foi possível nas últimas décadas retirar centenas de milhões de seres humanos da condição de pobreza extrema. É verdade que o “despertar político” global de que fala Brzezinski (2012:32), alertando para as intoleráveis disparidades na condição humana que são sentidas por largos segmentos de populações desfavorecidas no mundo inteiro, aumenta a pressão sobre os decisores políticos a todos os níveis, para encontrar soluções. Com efeito, à escala global, as pessoas, embora muito vulneráveis a ações de desinformação estrategicamente motivadas, estão politicamente mais mobilizadas que nunca – uma mobilização tornada mais fácil pelas modernas tecnologias e plataformas de comunicação que potenciam o efeito de rede. Tudo isto, agravando ainda fenómenos como as migrações e todo o tipo de tráficos, objetivamente aumenta a pressão sobre os recursos, porque as pessoas querem legitimamente viver melhor. Ao mesmo tempo, porém, numa nota positiva, aumenta a pressão para a investigação em novas tecnologias que, eventualmente, tornarão o mundo mais sustentável.

Reconhecendo que a evidência de tanta conflitualidade e sofrimento pode muitas vezes ser quase desesperante, é preciso continuar a inventar e a aperfeiçoar as instituições que fazem com que o engenho humano maioritária e fundamentalmente funcione ao serviço do bem comum. Existe alternativa melhor? ●

Referências

- BILAL, Arsalan (2021). "Hybrid Warfare – New Threats, Complexity, and 'Trust' as the Antidote". *NATO Review*. NATO Review – Hybrid Warfare – New Threats, Complexity, and 'Trust' as the Antidote. <https://www.nato.int/docu/review/articles/2021/11/30/hybrid-warfare-new-threats-complexity-and-trust-as-the-antidote/index.html>
- BRZEZINSKI, Zbigniew (2012). *Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power*. New York: Basic Books.
- BURRELL, Robert S. (2023). "A Full Spectrum of Conflict Design: How Doctrine Should Embrace Irregular Warfare". *The Irregular War Initiative*. Understanding Gray Zone Conflict and Hybrid Warfare. <https://irregularwarfare.org/articles/a-full-spectrum-of-conflict-design-how-doctrine-should-embrace-irregular-warfare/>
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso. Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- GRAY, Colin S. (2013). *Perspectives on Strategy*. Oxford: Oxford University Press.